

Análise *a posteriori* de uma abordagem de observatório num contexto de conflito: o caso da irrigação na região de Charente

Marco Barzman ^a, Sami Bouarfa ^b, Pieter Bots ^{bc}, Pierre Ruelle ^b, Pierre Martinand ^b, Patrick Caron ^d, Michel Passouant ^d, Frédéric Levrault ^e e Claudine Ferrané ^f

A água é um recurso público escasso e valioso, que nem sempre é fácil de partilhar, sem causar conflitos entre diferentes usuários. Na região de Poitou-Charentes, a questão da irrigação é um exemplo típico das tensões que existem entre o mundo agrícola e a sociedade. Para resolver estes problemas, um observatório combinando informação e sistema de ação coletiva foi posto em prática. Neste artigo, os autores nos fornecem a análise das perspectivas e expectativas dos atores envolvidos no desenvolvimento deste observatório: responsáveis políticos, pesquisadores e especialistas de questões rurais. Eles evidenciam a importância de considerar a dimensão social do problema para envolver mais partes interessadas e ter em conta as limitações locais, com o objetivo de estabelecer uma gestão concertada dos recursos hídricos.

Para resolver problemas relacionados com conflitos de uso de um recurso natural, as comunidades utilizam cada vez mais processos participativos em que a pesquisa é convidada a contribuir com conhecimentos técnicos e científicos. Muitas vezes, o foco está na dimensão científica do problema, enquanto os processos sociais dentro do sistema criado são improvisados. Nós relatamos aqui uma análise da criação de um observatório em Poitou-Charentes, o que mostra a importância de não ignorar esta segunda dimensão.

A região de Poitou-Charentes é diferente de outras regiões francesas pelo surgimento, na década de 70, de culturas de verão fortemente dependentes da irrigação.

Áreas irrigadas aumentaram seis vezes em trinta anos e a região é hoje a quarta maior região francesa para irrigação. Frente ao desequilíbrio crônico entre a disponibilidade do recurso água e a sua demanda, várias ferramentas de gestão foram implementadas na bacia do Charente desde meados dos anos 90 (Loubier et al., 2005). Estas ferramentas incluem a introdução do princípio de gestão volumétrica (hidrômetros), acompanhado pela criação dos chamados “açudes de substituição”. A introdução desta gestão volumétrica também deu origem a uma forte oposição (Box 1).

A intensidade do conflito sobre a gestão da água em Charente levou a considerar este tema associado a um subconjunto do território, a sub-bacia do Aume-Couture para a realização de um

Box 1

Trabalho anterior realizado pelo Cemagref em 2003-2004 (Granjou et al., 2004) analisou os pontos de vista das partes interessadas em irrigação, pesca, turismo e gestão da água potável para os interesses e limites da gestão volumétrica em Charente e suas regras de aplicação. Os testemunhos dos atores não irrigantes não questionam a gestão volumétrica como “bom princípio” mas as regras de implementação e a falta de controle são criticadas. A forte oposição de alguns atores também levou ao bloqueio de projetos agrícolas por meio judicial, assim como do bloqueio da criação de novas represas de substituição* (OTPA¹, 2007).

*Uma represa de substituição é uma obra artificial para captar águas subterrâneas durante o inverno.

1. Observatório territorial das práticas agrícolas e dos sistemas de produção.

Contatos

a. INRA, 400 route des Chappes, BP 167, 06903 Sophia-Antipolis Cedex

b. Cemagref, UMR G-EAU, BP 5095, 365 rue JF Breton, 34196 Montpellier Cedex 5

c. Université Polytechnique de Delft, BP 5015, 2600 GA Delft, Pays-Bas

d. Cirad, 34398 Montpellier Cedex 5 e.

Chambre régionale d’agriculture Poitou-Charentes, BP 50002, 86550 Mignaloux-Beauvoir

f. Chambre d’agriculture de la Charente, Les Chaumes de Crage, Ma campagne, 16016 Angoulême

2. Fundo Especial para o Desenvolvimento Agrícola e Rural. (Compte d'affectation spéciale du développement agricole et rural.)

3. Direção Geral de Estudos e Pesquisas. (Direction générale de l'enseignement et de la recherche.)

4. Instituto Nacional de Pesquisa em Agronomia. (Institut national de la recherche agronomique)

5. Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa em Agronomia e Desenvolvimento. (Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement.)

6. UML (*Unified Modeling Language*) é uma linguagem gráfica e textual de modelagem da representação estruturada, hierárquica e relacional do mundo real sob a forma de objetos ou conceitos.

7. Direção Geral de Florestas e Assuntos Rurais (Direction générale de la forêt et des affaires rurales)

8. Agência Nacional de Pesquisa francesa. (Agence nationale de la recherche.)

9. Concepção de Observatórios das práticas territorializadas. (Conception d'observatoires des pratiques territorialisées.)

Box 2

Como parte da estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, a DGER³ do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP), em colaboração com o Ministério do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (MESD) desenvolveu uma metodologia para desenvolvimento de observatórios com o apoio do INRA⁴ e do Cirad⁵, da Assembleia Permanente das Câmaras de Agricultura (APCA) e da Associação de Coordenação Técnica Agrícola (ACTA). Este novo tipo de dispositivo de "Observatório Agricultura e Territórios" (OAT) tinha como propósito desenvolver um sistema de informação de acompanhamento do impacto das práticas agrícolas nos territórios e, de forma mais ampla, das interações entre as práticas agrícolas e os territórios. Este observatório devia constituir uma ferramenta de acompanhamento das mudanças das práticas agrícolas locais e um instrumento de apoio ao desenvolvimento e avaliação das políticas públicas. O "método OAT" é baseado na modelagem de necessidades de informação e de tipos de dados que devem ser mobilizados para responder às perguntas do observatório. A ferramenta UML⁶ (Unified Modeling Language, Booch, 2000) foi adotada tanto para envolver as partes interessadas na concepção de modelos que ofereçam uma representação compartilhada do escopo da informação quanto para desenvolver a arquitetura do sistema de informação a ser implementado (Barzman et al., 2005).

A metodologia foi testada entre 2005 e 2007 em vários territórios durante o projeto OPA financiado pela Case-Dar², em parceria com várias câmaras regionais de agricultura, institutos técnicos e de pesquisa.

observatório no âmbito da criação de observatórios territoriais de práticas agrícolas e de sistemas de produção "(OPA), financiado pelo Cas-Dar² (Box 2). Os rios Aume e Couture são dois afluentes do rio Charente. A bacia hidrográfica destes dois rios ocupa uma área de 467 km² e abrange 13 municípios do departamento de Deux-Sèvres assim como 7 municípios do departamento de Charente.

A ação que nos interessa aqui sobre a bacia dos rios Aume- Couture ocorreu como parte de um projeto financiado pelo DGFAR⁷ do Ministério da Agricultura e de um projeto de pesquisa do programa agrícola de desenvolvimento sustentável ANR⁸, o projeto COPT⁹.

Três pessoas do CIRAD participaram da criação do observatório. Sua principal contribuição foi trazer a metodologia OAT e apoiar a sua adaptação às realidades do campo junto aos coordenadores. No início de 2006, a atenção dos coordenadores foi focada no desenvolvimento de um site internet pelo observatório regional do meio ambiente de Poitou-Charentes. O Cemagref foi solicitado a partir de 2006, após a criação do observatório, devido à sua expertise em gestão de recursos hídricos. O Cemagref, em colaboração com o CIRAD, deu início a um estudo da situação inicial, analisando as diferenças de perspectivas e de expectativas das partes interessadas.

Neste artigo, vamos apresentar o primeiro observatório tal como ele foi construído em 2004, em seguida vamos descrever a nossa análise com base em uma pesquisa realizada em 2006, em meados do projeto OPA e concluída em 2007, com os principais atores envolvidos no debate. Depois de descrever a organização e esclarecer o papel dos diferentes atores envolvidos no projeto OAT / OPA na sub-bacia do Aume-Couture, apresentamos os resultados de pesquisas realizadas entre esses atores. Deduzimos uma estrutura analítica que reflete a diversidade de pontos de vista dos atores em relação ao Observatório através de sua "lógica de construção", do "campo de relevância" e das "funções" que eles atribuem ao observatório. Para este exemplo, esta análise nos leva a fazer recomendações que poderiam contribuir para uma apropriação mais ampla do observatório.

A implementação do observatório na bacia Aume- Couture

As instâncias organizacionais

Para realizar o projeto localmente, várias instâncias organizacionais foram criadas (a composição dessas instâncias é descrita na Tabela 1).

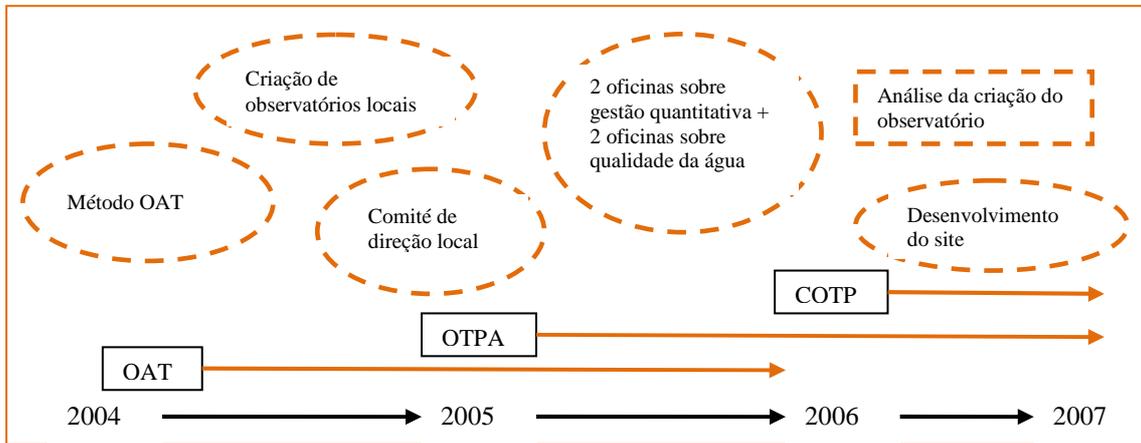


Figura 1 : As principais etapas da criação do observatório

- Tabela 1 - Os quatro organismos estabelecidos pelo observatório (entre parênteses, o número de pessoas envolvidas).

4

| Comitê gestor | Coletivo de atores locais (Os participantes das oficinas) | |
|---|---|--|
| Prefeito da região Poitou-Charentes (1) Conselho regional Poitou-Charentes (1) Conselho de departamento da Charente (2) SIAHBAC ¹⁰ (1) Agência de bacia Adour-Garonne (1) DRAF ¹¹ Poitou-Charentes (2) DDAF ¹² Charente (DDAF 16) (2) Charente Nature (2) Federação departamental da pesca (1) Grupo dos irrigantes da Charente (1) ASA ¹³ da sub-bacia Aume-Couture (1) GDA ¹⁴ de Aigre (CA 16) (1) CA ¹⁵ de Charente (1) CRA ¹⁶ de Poitou-Charentes (1) | DDAF de Charente (1) Conselho regional de Charentes (1) CA de Charente (CA 16) (3) CRA de Poitou-Charentes (1) ASA de l' Aume-Couture (3) GDA d' Aigre (1) Conselho Superior da pesca (1) Associação local da pesca (1) Charente Nature (1) Conservatório regional dos espaços naturais de Poitou- Charentes (1) SIAHBAC (1) Consórcio de municípios de Aume-Couture (1) | 10. Sindicato do ordenamento hidráulico da bacia do Aume-Couture 11. Direção regional da agricultura e da floresta. 12. Direção departamental da agricultura e da floresta. 13. Associação sindical intermunicipal autorizada. 14. Grupo de desenvolvimento agrícola. 15. Câmara departamental de Agricultura 16. Câmara regional de Agricultura |
| Coordenação | Comissão técnica | |
| CA 16 (1) CRA de Poitou-Charentes (1) | DDAF de Charente (2) Conselho departamental de Charente (1) SIAHBAC (1) CA 16 (1) CRA de Poitou-Charentes (1) Cirad (1) | |

Um comitê gestor foi designado para decidir as orientações gerais do observatório e para receber o reconhecimento institucional necessário por parte de uma diversidade de atores locais. Em particular, esta

instância ficou encarregada de definir os prazos principais da agenda, de criar uma comissão técnica, de assegurar o acompanhamento anual dos avanços do observatório assim como decidir as principais ações que seriam articuladas.

A comissão técnica foi responsável pela nomeação dos coordenadores locais, para estabelecer um coletivo de atores do território representativo das diversas dimensões do problema e para garantir a facilitação e acompanhamento institucional e técnico local. Esperava-se que este coletivo de atores concordasse sobre uma definição clara do objetivo do observatório e sobre o escopo informacional a ser aplicado. Dois coordenadores foram responsáveis pela facilitação e condução do observatório no dia-a-dia.

Os trabalhos de grupo

Houve um debate sobre a integração do tema "qualidade da água" à gestão quantitativa - uma questão difícil de resolver porque a integração deste tema envolvia o debate público sobre a suspeita de contaminação da água potável por insumos agrícolas. As duas questões foram tratadas separadamente com duas oficinas em torno da qualidade da água e duas em torno de sua gestão quantitativa. Um total de 17 atores (partes interessadas) do território participou de atividades coletivas. As primeiras oficinas identificaram os atores envolvidos com recursos hídricos, os seus objetivos, o tipo de informação utilizada e desejada em prol a realização de seus objetivos e as suas expectativas em relação ao observatório.

As informações recolhidas durante esse diagnóstico foram relatadas em diagramas UML. Durante a segunda oficina, os coordenadores entregaram a informação tratada, validaram os diagramas e encorajaram os participantes a definir objetivos comuns. Em relação ao componente "Gerenciamento quantitativo" por exemplo, o objetivo compartilhado pela comunidade para o longo prazo foi formulada da seguinte forma: " Gerenciar captações, com o objetivo de manter níveis satisfatórios de recurso hídrico". Cinco grandes conjuntos de dados em torno deste objetivo foram identificados, seguem eles, sem nenhuma ordem particular:

- atividade agrícola e captações do recurso hídrico;
- águas superficiais (meio natural, dados hidrográficos);
- O componente de regulação e protocolos de gestão da água implementados;
- medições meteorológicas;
- águas subterrâneas e medições piezométricas.

Dadas as exigências dos atores, os coordenadores levantaram primeiro dados

solicitados, em seguida, levaram a cabo uma coleta de dados. Quanto às informações relevantes relativas à qualidade da água, os dados não foram coletados; como resultado dessas oficinas, o trabalho se limitou à primeira questão. Houve também um estreitamento temático entre o pedido de informações relativas à gestão quantitativa da água e a coleta de dados. Em geral, os dados coletados referiram-se apenas à irrigação, enquanto a demanda incluía as dimensões econômicas e sociais, as rotações e a vazão dos cursos d'água. Esse estreitamento pode ser explicado pela dificuldade dos coordenadores em obter dados relevantes. Ele também pode ser explicado pela necessidade de evitar questões sensíveis, tal como, no caso da vazão dos cursos d'água, a gravidade da seca estival e sua relação com a irrigação.

Com a ajuda da DRAF e do observatório ambiental regional, os dados coletados foram organizados em Poitiers para a elaboração de um site que fosse capaz de representar o observatório e cujo lançamento estava programado para final de 2007. De 2006 até junho de 2007, as atividades do observatório se focaram no desenvolvimento do sistema informático e no lançamento deste site na rede.

O papel e o envolvimento dos atores

Antes de analisar o ponto de vista dos atores mais ativos, resumimos abaixo o papel, o nível de envolvimento e as razões pelas quais cada um participou da criação do observatório, com base no registro de suas intervenções nas diversas reuniões (atas de reunião) ou durante as entrevistas organizadas (pesquisas descritas abaixo).

As organizações profissionais agrícolas

O serviço "Irrigação" da CA Charente 16 e da CRA de Poitou-Charentes proporcionam há muitos anos um apoio técnico e institucional aos irrigantes. Segundo eles, como para os irrigantes da ASA local, foi interessante, por um lado, participar do desenvolvimento de uma ferramenta de apoio para tomada de decisão do uso dos irrigantes para otimizar a utilização da água e, por outro lado, para estar presente num processo durante o qual ocorreria uma avaliação das ações coletivas implementadas assim como um debate

público. A participação deles nas atividades do observatório foi contínua. O serviço "Irrigação" foi o principal serviço da CA 16 envolvido no processo.

Como o assunto se limitou ao aspecto "recurso", o setor agrícola não irrigante foi representado principalmente pelo GDA de Aigre que acarretou iniciativas tais como a plataforma para a gestão de resíduos de agrotóxicos e o serviço "Meio Ambiente" no CA 16. Eles participaram de diversas reuniões. Para eles, o observatório tinha o potencial de desenvolver uma ferramenta que mudaria as práticas em benefício da qualidade da água e do meio ambiente.

As administrações e coletividades territoriais

O Ministério da Agricultura foi responsável por esta abordagem de observatório. Localmente, ele participou de reuniões do comitê gestor. Segundo o Ministério, o Observatório deve ser utilizado para questionar as práticas agrícolas atuais, acompanhar os agricultores na mudança destas práticas e para avaliar e melhorar as políticas públicas.

A presença do prefeito da região Poitou-Charentes durante o primeiro comitê gestor deu forte legitimidade à iniciativa. Nesta reunião, o prefeito disse que o "OAT é uma oportunidade para avançar, interagir e trabalhar com todos os atores locais sobre elementos pertinentes, validados e compartilhados." Além deste envolvimento inicial, a prefeitura regional não desempenhou um papel direto no observatório.

A DDAF 16¹⁷ participou de todas as reuniões do Observatório. Para esta administração que tem uma função de polícia da água e de árbitro na implementação da gestão volumétrica, o observatório é a oportunidade de desempenhar um papel percebido como positivo na região. Segundo os responsáveis pela DDAF 16, o observatório tem o potencial de ajudar os irrigantes a aceitar as reduções drásticas de captação de água, por meio do diálogo e da identificação coletiva dos problemas, das causas e das ações corretivas a serem tomadas.

Como o DDAF 16, o Conselho Superior da Pesca, instituição pública nacional sob a tutela do Ministério do Meio Ambiente, que garante a manutenção dos cursos d'água ao longo do ano¹⁸, percebeu o Observatório como uma oportunidade para participar de um fórum de troca

e conhecimentos representando uma alternativa às ações de policiamento que esta administração normalmente efetua.

A DRAF de Poitou-Charentes participou ativamente das reuniões do comitê gestor e financiou a participação de um profissional de informática para o desenvolvimento do Observatório. A DRAF percebeu o observatório como uma ferramenta para ajudar a resolver um conflito no qual ela estava envolvida e a possibilidade de justificar para um público mais amplo os sete milhões de euros previstos para financiar as represas de substituição cuja implementação está atualmente bloqueada.

O SIAHBAC¹⁰ participou de todas as oficinas com o coletivo de atores locais. Para esta estrutura territorial, o observatório representa uma oportunidade para melhorar a troca de informações, tanto sobre a dimensão quantitativa, quanto qualitativa e ecológica da água.

Um político local com vários mandatos (prefeito municipal, presidente da Comunidade de municípios, conselheiro geral de Canton, e presidente do SIAHBAC) apoiou significativamente o Observatório. Por exemplo, ele deixou salas da Prefeitura à disposição para as reuniões do observatório e manifestou o desejo de alojar o Observatório numa futura "Casa da água" do município. Segundo ele, o Observatório permite tratar globalmente com todos os atores da bacia hidrográfica toda a informação disponível e útil para todas as partes interessadas afetadas pela quantidade e qualidade da água.

A Esfera Associativa

"Charente Nature" é uma associação para a proteção do meio ambiente que participa dos debates públicos sobre o uso da água. Ela participa de negociações sobre essa gestão volumétrica por exemplo. Segundo esta associação, a participação no Observatório é uma forma de contribuir com soluções coletivas para melhorar o estado dos rios, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo. A federação assim como a associação local dos pescadores participou das reuniões do observatório, a sua principal preocupação é garantir a presença de populações piscícolas para a pesca. O Conservatório Regional de Áreas Naturais (CREN) é uma associação que assegura, junto a SIAHBAC, a boa gestão do manancial

17. Direção departamental da agricultura e da floresta de Charente.

18. A ONEMA, a Agência Nacional de Água e de meios aquáticos, criada pelo decreto de 25 de Março 2007, substituiu o Conselho Superior das Pescas.

de St. Fraigne. A participação destas instituições dentro do Observatório se estabelece na continuidade de uma ação tentando conciliar as necessidades dos irrigantes (retenção de água durante o inverno e a primavera) e a proteção da biodiversidade.

O comité gestor do Observatório decidiu não incluir a associação « Protection et Avenir du Patrimoine en Pays d'Aigre ». Esta associação local milita contra o milho irrigado e iniciou um processo contra a construção de uma represa de substituição. O comité gestor constatou que o possível envolvimento desta associação seria fonte de conflitos. No entanto, contra esta posição do comité; "Charente Nature" estimou que o Observatório era uma rara oportunidade de reunir no mesmo espaço de troca as partes conflitantes.

Metodologia e resultados da análise

Nossa análise é baseada numa série de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em maio de 2006, junto aos envolvidos na implementação do Observatório. As 13 pessoas entrevistadas foram selecionadas porque tinham um papel chave na organização do dispositivo ou porque participaram das oficinas. As instituições que elas representam são:

- Ministério da Agricultura – DGER³ (1 entrevista);
- MMA - Conselho Superior da Pesca (1 entrevista);
- DRAF e DDAF (5 entrevistas);
- ASA dos irrigantes do Aume et Couture (1 entrevista);
- CA 16, serviço de "irrigação" e CRA Poitou-Charentes (2 entrevistas)¹⁹;
- Coletividades territoriais – municípios, sindicato intermunicipal, SIABHAC, Conselho departamental (2 entrevistas)
- Associação ambientalista "Charente Nature" (1 entrevista);

¹⁹ Ambos os entrevistados eram também os dois líderes da coordenação do Observatório.

Entre as instituições que faltam nesta amostra, se destaca o CREN, a associação de pesca local, o GDA do Aigre, e o Conselho Regional. Estes são os atores que foram menos presentes durante o processo. A representação limitada dos agricultores não irrigantes e dos setores não agrícolas durante esta pesquisa reflete o papel preponderante que a agricultura irrigada local teve durante a implementação do Observatório.

As entrevistas duraram em média 1 hora. Elas foram realizadas utilizando um roteiro de entrevista com anotações feitas no computador e gravação áudio que serviu na verificação das notas escritas e na criação de um banco de dados. As perguntas feitas aos entrevistados eram abertas e focavam nas razões do envolvimento deles no processo, no que seria para eles um Observatório ideal, no uso pretendido deste dispositivo, nos atores que deveriam se beneficiar assim como na correspondência entre o desejo deles e o dispositivo em fase de desenvolvimento.

Sem contar com uma opinião preconcebida sobre a visão dos diferentes atores e acerca do Observatório, nós não definimos um quadro de análise *ex ante*. Para explicar as diferenças entre os entrevistados, primeiro identificamos os principais conceitos presentes no discurso de cada um e em seguida organizamos estes conceitos em várias dimensões que cobriam completamente e com um mínimo de sobreposição o campo das diferenças. Em seguida, três dos autores deste artigo classificaram cada entrevistado de forma independente e de acordo com estas dimensões. Comparando os resultados deste exercício, observou-se uma forte coerência entre as três classificações, na condição de reter apenas três dimensões que melhor caracterizam as diferenças das respostas: lógica da construção, abordagem e função (Tabela 2).

Que lógica de construção?

As informações coletadas refletem uma diversidade de pontos de vista em torno do Observatório que nós atribuímos às diversas interpretações que os atores mantêm com a realidade. Alguns atores estão à procura de produtos concretos: um sistema de informação

Tabela 2: as três dimensões da análise.

| Lógica da construção | Abordagem | Função |
|------------------------------|------------------------|---|
| Construtivismo ↔ Positivismo | Territorial ↔ Setorial | Troca (I) Ferramenta técnica (II) Valorização da informação (III) Persuasão (IV) |

que fornece saídas capazes de delinear o estado dos recursos e o uso da água com indicadores permanentemente definidos que indicam a disponibilidade de água para os seus usos múltiplos. Outros, pelo contrário, esperam um processo evolutivo no qual o Observatório constitui um objeto intermediário que ajuda a concentrar a discussão sobre a gestão da água, acompanhando as práticas e fornecendo um retorno sobre suas consequências. .

A primeira concepção tende a distanciar-se das polémicas locais, utilizando a objetividade assim como a expertise científica e técnica para convergir na direção de uma representação única e reconhecida que sirva de base para a ação e a tomada de decisão. Nós consideramos que a abordagem substancial (Clement e Madec, 2006), que está associada e que destaca estes produtos resulta de um entendimento positivista da realidade baseada na idéia de uma realidade objetiva, mensurável e indiscutível, revelada, no caso de um observatório, pelos dados e indicadores. Esta visão transparece por exemplo, nas palavras do entrevistado n° 9:

«A ideia foi inicialmente inspirada na Rede de Informação Contábeis Agrícola [RICA], um sistema de informações sobre as propriedades rurais, as rendas, os investimentos,...O observatório deve ser um instrumento como o RICA que produz informações que não são contestadas... Uma visão de 'ecossistema' era necessária para compreender as relações de causa e consequência, estas são questões de pesquisa. Havia a necessidade de mais conhecimento sobre as dinâmicas da água. Faltava uma forte competência o meio ambiente. Faltava também conhecimento sobre os indicadores.»

A segunda, ao contrário, convida para relações de proximidade, mobiliza as perspectivas subjetivas dos atores locais e busca interações que promovam o intercâmbio e o aprendizado social, mas não necessariamente a convergência para uma perspectiva única. Por detrás dessa perspectiva há uma abordagem processual (Clement e Madec, 2006), a noção construtivista de uma realidade construída por atores em interação - que dependerá da natureza do coletivo, motivação e relações de proximidade. O entrevistado No. 5 ilustra este ponto de vista:

«Ao redor de um problema em um determinado território...permite juntar os atores

em torno de uma mesa ... O Observatório identifica coletivamente o problema, as causas e as medidas corretivas, um espaço dentro do qual diferentes interesses e pontos de vista são expressos. Ele serviria para explicar, entender os conflitos, para informar cada um dos atores do território de um aspecto do problema.»

A respeito dos indicadores, o entrevistado n°10 indica:

« Nós não construímos indicadores particularmente indiscutíveis para descrever uma situação, não é o que as pessoas querem, eles não são capazes de oferecer um indicador sintético, nada é sempre incontestável. »

Qual abordagem?

As pesquisas também refletem uma diversidade de pontos de vista sobre a extensão do escopo dos mundos a serem integrados no âmbito do Observatório - em termos de informação, de escala e de partes interessadas. Alguns atores limitam o campo de ação ao uso agrícola da água: o Observatório serve somente para obter informações sobre a disponibilidade e uso do recurso para irrigação. Outros, no entanto, consideram que o observatório deve integrar todas as informações relevantes para o desenvolvimento sustentável da área em torno do tema água. Estes últimos exprimem uma frustração em relação à demanda por uma abordagem territorial em consonância com o desenvolvimento sustentável. Este é o caso para os respondentes N°7 e 8, respectivamente:

« Era a oportunidade de reunir atores de diferentes origens num espaço demarcado. Não devia limitar-se às partes interessadas pelo tema água porque em termos de desenvolvimento sustentável, todos devem ser ouvidos e ninguém pode ser excluído sob qualquer pretexto.»

« Eles [os coordenadores] têm somente um olhar agrícola... A qualidade faz falta: somente a metade é atendida, isso serve apenas para um setor. A água potável, a qualidade e a quantidade são temas intimamente relacionados, e isso interessa a muitos setores: pesca, lazer, etc. Temos aqui somente a metade dos setores que deveriam ser representados.»

A percepção das funções do observatório

As pesquisas mostram que os atores estão considerando diferentes tipos de funções ou usos para o Observatório. Nós o agrupamos em quatro funções.

A função de troca (I): os representantes do Estado e das coletividades locais explicam que se envolveram na construção do observatório porque eles esperam um dispositivo que irá gerar troca, discussão, consulta ou mediação. Esta troca deve ajudar a resolver o conflito em torno dos recursos hídricos. O entrevistado n°3 expressa sobre esta expectativa:

« O observatório pode servir como um instrumento de diálogo... [mas agora] o conflito continua e não há diálogo, é uma lástima, o observatório ainda não é uma ferramenta útil para mediação com a comunidade.»

A ferramenta técnica (II): irrigantes e gestores da água referem-se a uma utilização mais puramente técnica do Observatório que permita otimizar o uso do recurso. Segundo eles, um Observatório que permita uma gestão mais afinada das infraestruturas hidráulicas ou de uma irrigação baseada no conhecimento em tempo real da disponibilidade do recurso é uma idéia atraente. Este é o pedido do entrevistado n°4:

« É necessário que o observatório tenha um interesse técnico, isso deve nos proporcionar um trabalho otimizado nas fazendas.»

A valorização da informação (III): para os atores em gerenciamento de dados, a valorização da informação possibilitada pelo Observatório é uma importante fonte de motivação. Através das palavras de alguns, a utilização e a produção de dados aparece como uma finalidade. O entrevistado n°10 indica, por exemplo: *“O observatório nos interessou porque correspondia ao nosso plano de trabalho focado em*

uma meta estratégica para nós: a gestão e a valorização da informação.»

A persuasão (IV): o observatório como um dispositivo de persuasão emerge através das palavras de muitos dos entrevistados, mesmo que às vezes de forma implícita. Isso inclui, por exemplo, a exposição, a comunicação e a avaliação para obter o apoio de um grupo de atores ou promover uma política, uma ação ou uma mudança de boa prática. Neste exemplo, o entrevistado n°1 é explícito:

« O observatório nos interessou para poder convencer a todos os atores do território sobre o benefício deste planeamento [represas de substituição] na bacia hidrográfica. O Estado oferece financiamento de € 7 milhões para a Região Poitou-Charentes, um financiamento significativo que deve ser apresentado para todos os atores, não se pode mais ficar no círculo dos técnicos.»

Síntese dos resultados

Doze das treze pessoas entrevistadas, numeradas de 1 a 12, foram divididas num quadro sintético de análise cruzando lógica de construção e abordagem (Tabela 3). Entre parênteses está(ão) para cada pessoa, a(s) função(ões) que ela planejou para o Observatório. Uma das 13 pessoas entrevistadas, no entanto, não foi classificada, pois somente a dimensão territorial sobressaiu durante o seu discurso.

A repartição dos resultados ilustra a grande variedade de pontos de vista. A amostra está dividida igualmente entre os campos setoriais e territoriais e entre a lógica de construção;

Tabela 3 – Posicionamento do ponto de vista de cada ator

| | | Lógica da construção | |
|-----------|----------------|----------------------|------------------|
| | | Construtivismo | Positivismo |
| Abordagem | Territorial | N° 1 (IV + I) | N° 6 (I) |
| | | N° 2 (I + I V) | N° 7 (I + II) |
| | | N° 3 (I + II) | N° 8 (II + III) |
| | Setorial | | N° 9 (IV + II) |
| | | | N° 10 (III + IV) |
| | | N° 4 (I + IV) | N° 11 (II + IV) |
| | N° 5 (I + III) | N° 12 (II + IV) | |

as funções desejadas para o Observatório também são muito diversas, duas funções eram geralmente citadas por cada ator, mas raramente as mesmas.

Discussão e recomendações

Um esclarecimento do posicionamento dos atores em relação às três dimensões propostas permite entender melhor as diferenças de pontos de vista e de expectativas que, ficando implícitos, constituem reais barreiras para o desempenho do Observatório.

A explicação das diferenças em termos de lógica de construção permite, por exemplo, entender as frustrações dos atores "positivistas" contra aqueles que adotam uma postura "construtivista". O primeiro coloca a prioridade no conhecimento técnico e científico para criar um pequeno número de indicadores sintéticos estabilizados que serviriam para compreender a relação entre a situação dos recursos hídricos e sua captação agrícola. O segundo, ao contrário, tem suas atenções voltadas para preocupações leigas e locais, entrando num processo contínuo de negociação e de lenta entrega de indicadores.

A identificação da abordagem desejada pelos atores também é muito útil. Se a definição tivesse sido objeto de um acordo explícito, haveria mais clareza quanto à natureza territorial ou setorial do Observatório. Isso teria evitado a criação de expectativas não atendidas, como a de uma ampla representação dos atores locais nas oficinas, que acabaram pressionando a instituição representada pelo entrevistado nº7, por meio de uma carta endereçada ao Prefeito de Região, ameaçando retirar-se do processo de construção.

É importante também explicitar as funções esperadas pelos atores, pois cada uma está associada a um processo de criação e de operação distinto. Para a função de troca de experiências, os atores concordam em levar em conta uma variedade de interesses, eles se concentram nas interações, estão mais abertos à possibilidade de redefinir o escopo do trabalho e demandam, principalmente, competências de facilitação de grupo; para a função de ferramenta técnica, o que importa para os que precisam de uma função puramente técnica do Observatório é um bom controle do escopo de aplicação, garantindo o desempenho máximo da ferramenta; a respeito da função de valorização da informação, a expectativa dos atores estará direcionada para um

sistema de informação eficiente; a dimensão social do Observatório, neste caso, é entendida como evidente e o foco está na capacidade de gestão de dados; numa função de persuasão, os atores procuram interações, mas também argumentos para convencimento; a demanda em torno desta função é portanto ampla: a capacidade de gerar informações convincentes e de usá-las na facilitação e na comunicação.

Não redundância das três dimensões

As três dimensões propostas (lógica de construção, abordagem e função) não se sobrepõem. Um ator que tenha uma relação construtiva com a realidade pode, por exemplo, preferir uma abordagem restrita ou mais ampla. Um ator que valoriza a função de troca não se situa necessariamente numa lógica construtivista: ele pode considerar que as informações trocadas entre os atores são objetivas e não construídas. Da mesma forma, um ator guardião da função técnica pode desejar o input "ferramenta de gestão" do Observatório ao promover a co-construção da definição do problema a ser resolvido. Além disso, apesar do pequeno tamanho da amostra, a não redundância das três dimensões se reflete nos resultados da Tabela 2, que mostra os entrevistados, com base em suas declarações, distribuídos uniformemente.

Acreditamos que as três dimensões são todas úteis pois elas cobrem o essencial da concepção que os atores têm de observatório e do uso que esperam ter do mesmo. Nós propomos todas estas dimensões como uma ferramenta capaz de enquadrar o pensamento coletivo, destacando as diferentes perspectivas e expectativas entre as partes interessadas; e, portanto, melhor explicitando os termos e acordos necessários à execução de um observatório. Em nosso estudo de caso, o uso dessas dimensões durante as discussões iniciais no coletivo emergente teria permitido, por exemplo, decidir, compartilhar e estabilizar a definição de Observatório e de estratégia necessária para sua execução.

Conclusão

O conceito de "Observatório Agricultura e Território" é promissor na medida em que ele é potencialmente capaz de desencadear um processo

coletivo para a adequação das necessidades dos agricultores (aqui os irrigantes) junto a outras demandas relativas ao recurso água num território dado. Foi este aspecto que motivou o interesse dos pesquisadores do CIRAD a trazer o método UML para estruturar um sistema de informação através de uma abordagem participativa; em seguida, os pesquisadores do Cemagref foram solicitados para prestar assessoria técnica em irrigação, utilizando seus conhecimentos científicos sobre a relação entre as captações agrícolas e disponibilidade de água. Diante do estreitamento temático e da redução das operações de campo durante a implementação deste dispositivo na sub-bacia Aume-Couture, buscou-se identificar as fontes de gargalos. Com isto em mente, desenvolvemos este quadro de análise que efetivamente nos permitiu melhor compreender como a heterogeneidade das expectativas e abordagens dos atores podia dificultar a criação do Observatório. A posteriori, parece que este quadro também poderá ser utilizado para orientar

a facilitação durante a fase de concepção de um Observatório participativo, a fim de explicitar o que os interessados esperam e de formalizar o objetivo comum almejado, isso para além das diferenças identificadas. A partir dessa experiência também surge um novo papel para os pesquisadores. Aqui o papel deles não é substituir os facilitadores e coordenadores do dispositivo, mas sim contribuir para identificar o problema e usar de seu olhar “externo” para ajudar as partes interessadas a compartilhar e expressar suas percepções e expectativas.

Este quadro de pesquisa parece aplicável a uma variedade de iniciativas em que um dispositivo participativo é configurado para resolver problemas de gestão de recursos naturais. De qualquer forma, qualquer processo coletivo requer uma formalização compartilhada de objetivos e procedimentos (Hemmati et al., 2002) e para este fim, um quadro metodológico para apoiar o processo social é essencial. **P**

Resumo

A situação da irrigação na Região francesa Poitou-Charentes é emblemática das tensões entre o mundo agrícola e a sociedade. Para superar estes conflitos, um Observatório combinando sistema de informação e ação coletiva foi implementado em Charente, uma iniciativa coletiva que reúne gestores políticos, pesquisadores e conselheiros agrícolas. Este artigo tem como objetivo restituir a análise de diferentes perspectivas e expectativas dos atores envolvidos no desenvolvimento deste Observatório. A análise proposta se baseia em uma pesquisa realizada em 2006 junto das partes interessadas. O resultado é um quadro metodológico que propomos ser utilizado na fase de concepção de outros observatórios, a fim de explicitar a diversidade de expectativas das partes interessadas e de facilitar a elaboração de um acordo prévio à sua implementação.

Abstract

Irrigation in Poitou-Charentes exemplifies the tensions that exist between agriculture and other societal sectors. To overcome these conflicts, a Community Information System (CIS) for the purpose of both data management and community development has been set up in Charente by a group of policy-makers, researchers and agricultural advisers. This paper describes our analysis of the differences among participants in the development of this CIS in terms of their points of view and expectations. Drawing on an analysis of a set of interviews conducted with these stakeholders in 2006, we propose a framework for use during the initial design phase of a CIS to make stakeholder expectations explicit and to promote a shared understanding prior to setting up a CIS.

Bibliografia

- BARZMAN, M.-S., CARON, P., PASSOUANT, M., TONNEAU, J.-P., 2005, *Observatoire Agriculture et Territoires. Étude pour la définition d'une méthode de mise en place d'observatoires*, rapport final, Cirad-TERA, n° 29/05, UPR SITER, UMR TETIS.
- BOOCH, G., RUMBAUGH, J., JACOBSON, I., 2000, *Le guide de l'utilisateur UML*, Addison-Wesley.
- CLEMENT, O., MADEC, P. 2006. Un outil pour la construction d'indicateurs de développement durable: la méthode Delphi. Une expérience en aquaculture. *Natures Sciences Sociétés* 14, 297-302.
- GRANJOU, C., GARIN, P., HARDELIN, J., 2004, Pour une juste répartition de l'eau : les apports de la « gestion volumétrique » en Charente, in 4^e Séminaire PCSI « Coordinations Hydrauliques et Justices Sociales », 25-26 novembre 2004, Cirad, Montpellier, France.
- HEMMATI, M., DODDS, F., ENAYATI, J., MCHARRY, J., 2002, *Multi-stakeholder Processes for Governance and Sustainability. Beyond Deadlock and Conflict*, Earthscan Publications Ltd. London, Sterling, VA.
- LEVRAULT, F., 2005, *Le bassin de l'Aume-Couture*, monographie, Observatoire des pratiques agricoles, 21 février 2005.
- LOUBIER, S., CHRISTIN, F., AUBRY, N., GIRY, E., MALATERRE, P.-O., GARIN, P., 2005, Comment prendre en compte la demande en eau pour l'irrigation dans un contexte de rareté et d'incertitudes sur la ressource: un exemple de combinaison d'outils sur le bassin de la Charente en France, in *The International Conference on Environmental Science and Technology Cyprus* May 12-13, 2005.
- OTPA, 2007, *Guide de recommandations pour l'élaboration d'un observatoire territorial des pratiques agricoles*, 62 p.